



**ENTRE O URBANO E O
RURAL: MEMÓRIAS SOBRE
O BAIRRO DAS ÁGUAS
CLARAS EM SALVADOR-BA
(1975-1980)**

BETWEEN THE URBAN AND THE RURAL:
MEMORIES ABOUT THE NEIGHBORHOOD
OF ÁGUAS CLARAS IN SALVADOR-BA
(1975-1980)

ENTRE LO URBANO Y LO RURAL:
MEMORIAS DEL BARRIO DE ÁGUAS
CLARAS EN SALVADOR-BA (1975-1980)

 10.5935/2177-6644.20230035

Vitor Rangel Souza dos Santos *

 [0000-0002-6241-4212](https://orcid.org/0000-0002-6241-4212)

Resumo: Nesse trabalho trataremos sobre as ocupações que antecederam o atual Complexo Habitacional Cajazeiras, localizado na região do Miolo da cidade soteropolitana, destacando algumas memórias e discursos construídos sobre o bairro de Águas Claras. Observaremos como a imagem de uma região rural dentro de uma área urbana da cidade de Salvador foi tecida sobre esta localidade e as mudanças que foram trazidas pela construção dos Conjuntos Habitacionais do Projeto Cajazeira. Diante disso, analisaremos como tais estigmas são atribuídos aos bairros pobres, sobretudo às favelas e assentamentos informais, transformando tais regiões em um perigo para os interesses da Ditadura Militar que findava entre as décadas de 1970 e 1980.

Palavras-chave: Águas Claras. Memória. História das cidades. Segregação urbana.

Abstract: In this work we will deal with the occupations that preceded the current Cajazeiras Housing Complex, located in the Miolo region of the city of Salvador, highlighting some memories and speeches built about the neighborhood of Águas Claras. We will observe how the image of a rural region within an urban area of the city of Salvador was woven over this locality and the changes that were brought about by the construction of Housing Complexes of the Cajazeira Project. In view of this, we will analyze how such stigmas are attributed to poor neighborhoods, especially to slums and informal settlements, transforming such regions into a danger to the interests of the Military Dictatorship that ended between the 1970s and 1980s.

Key-words: Águas Claras. Memory. History of cities. Urban segregation.

Resumen: En este trabajo abordaremos las ocupaciones que precedieron al actual Conjunto Habitacional Cajazeiras, ubicado en la región Miolo de la ciudad de Salvador, destacando algunas memorias y discursos construidos sobre el barrio de Águas Claras. Observaremos cómo se tejió sobre esta localidad la imagen de una región rural dentro de un área urbana de la ciudad de Salvador y los cambios que trajo consigo la construcción de Conjuntos Habitacionales del Proyecto Cajazeira. Ante ello, analizaremos cómo tales estigmas son atribuidos a los barrios pobres, en especial a las villas y asentamientos informales, transformándose dichas regiones en un peligro para los intereses de la Dictadura Militar que finalizó entre las décadas de 1970 y 1980.

Palabras-clave: Águas claras. Memoria. Historia de las ciudades. Segregación urbana.

* Mestrando em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor de História do Ensino Básico na Rede Pública do Estado da Bahia.  [7261261213953431](https://orcid.org/7261261213953431) - E-mail: rangel.vitor@hotmail.com.

Introdução

Em Cajazeiras e seu entorno, conjunto de fazendas na antiga zona rural de Salvador, [...] o verde predominava, os cheiros de mato e de terra exalavam no ar, a brisa forte acariciava as faces dos seus poucos habitantes ou visitantes, agraciados, ainda, com o cantar dos pássaros, numa pura magia. As pitangueiras, os cajueiros, as mangueiras, as cajazeiras convidavam a um piquenique no início da tarde (SILVA, 2019, p. 14).

É por meio da memória de Maria Alice Silva, escritora do livro sobre a *Pedra de Xangô*, que vivenciou alguns momentos da infância no bairro de Águas Claras (sua família era proprietária do Matadouro Irmãos Apresentação) que se iniciou a tessitura deste texto histórico sobre parte do atual Complexo Habitacional Cajazeiras. Observam-se alguns aspectos na poética narrativa da autora que irão direcionar este início de caminhada, sobretudo no que diz respeito ao ar rural atribuído à região antes da construção dos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) no final da década de 1970.

Vamos ao primeiro aspecto destacado pela autora: as fazendas. As informações mais remotas acessadas são da segunda metade do século XIX, quando o espaço pesquisado por nós ainda era considerado como pertencente à freguesia de São Bartolomeu de Pirajá. Nele encontram-se 17 registros de terras lançadas pelo Cônego Vigário José Joaquim Fernando de Britto, nos quais é possível verificar os nomes das seguintes fazendas: Jaguaripe, Fazendinha, Águas Claras, Cajazeira, Palame, Mineiro, Malhada, Fragoso, Burubu, Maciel, Campos e Pedras Prêtas. (BAHIA, 1854).

Uma das fazendas, a Águas Claras aparece em 1937 como propriedade de Luiz Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barretto e Maria Constança Calmon de Barros Barretto, que naquele ano cederam de forma “amigável por utilidade pública” uma área “[...] com superfície de novecentas e quarenta e sete (947) tarefas”¹, onde seria construído um Hospital-Colônia Agrícola para tratamento de pacientes com hanseníase. Em troca da cessão, o casal recebeu do Governo do Estado da Bahia - então sob governo de Juracy Magalhães - uma quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) (BAHIA, 1937).

Doze anos depois, durante as festividades do quarto centenário da cidade de Salvador, “[...] foi inaugurado, na manhã de sábado, o moderno leprosário de Águas Claras”. Estavam presentes na solenidade, o Governador Octávio Mangabeira, o Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani e membros da Sociedade de Combate à Lepra que “[...] percorreram as

¹ A área equivaleria a mais de 4 milhões de m².

instalações do leprosário, inclusive as residências dos funcionários” (A TARDE, 28 mar. 1949). Conforme mostra a reportagem, a construção do local de tratamento para hansenianos também envolveu uma série de obras no seu entorno em benefício às pessoas que trabalhavam na Colônia.

Entre as instalações erguidas para receber os internos que seriam transferidos da antiga sede localizada na Quinta dos Lázaros estavam dormitórios que tinham a capacidade de alojar até 28 pacientes, casas geminadas que recebiam casais que tinham a doença descoberta por Hansen, pavilhões dos serviços médicos e enfermaria, além de cozinha e refeitório (ARAUJO, 1948).

Em sua obra, Silva (2019, p. 59) também evidencia uma entrevista concedida pelo tio, Flaviano da Apresentação, um dos proprietários do matadouro citado no trecho destacado acima, na qual relatou:

Águas Claras ficava a 3 km da BR – uma ladeira de barro íngreme dificultava-lhe o acesso. Existiam poucas habitações: uma casa colonial portuguesa – pertencente ao Hospital Dom Rodrigues de Meneses [...], algumas casas proletárias e mais adiante a Penitenciária Pedra Preta. Existia uma área destinada aos servidores do hospital e outro destinado ao Preventório [...]. Existiam alguns terreiros.

O Preventório, como era conhecido o Educandário Eunice Weaver, foi inaugurado seis anos antes da Colônia, no dia 10 de novembro de 1943, sendo um dos vários existentes em todo o Brasil e tinha a responsabilidade por acolher as crianças sadias geradas pelos hansenianos. Estas instituições funcionavam como um jardim de infância, na qual as meninas e meninos tinham atividades de lazer e também recebiam cuidados em relação à saúde (ARAUJO, 1948; PAVANI, 2019).

A obra *O Caminho das águas em Salvador*, ao versar sobre a localidade, afirma que:

A constituição do bairro está vinculada à instalação do Hospital Dom Rodrigo de Menezes [...] quando então foi aberta a rua principal. Com a construção de um matadouro e de casas para os seus funcionários, o povoamento se tornou mais denso, sendo consolidado com a construção dos conjuntos habitacionais do Complexo Cajazeiras/Fazenda Grande (SANTOS *et al.*, 2010, p. 238).

Em concordância com a afirmação anterior, considera-se que a construção da Colônia de tratamento para hansenianos como um marco do processo de constituição de Águas Claras como um bairro da capital baiana, visto que foi o equipamento que iniciou o processo de urbanização da região que é conhecida atualmente por Complexo Habitacional Cajazeiras.

Memórias de um bairro entre o rural e o urbano

Para Pierre Mayol (2013, p. 39-40) o bairro é um ambiente que está entre o espaço público e o privado, ou seja, é intermediador da relação tecida entre a residência e a cidade. Por ser construído cotidianamente, a noção de localidade possui um caráter dinâmico que é aprendida progressivamente, ao longo do tempo, através dos movimentos e atravessamentos que os corpos que circulam produzem. Essa dinâmica muitas vezes acaba gerando uma “trivialidade cotidiana”, compartilhada por todas as pessoas, reduzindo a complexidade cultural que há em tais locais à mera funcionalidade dos espaços urbanos.

Diante disto, o que é denominado como bairro possui uma complexidade pois está no meio de uma dialética entre o que é entendido como dentro (o nosso domicílio, que mais do que uma moradia, pode significar anos de trabalho, esforço e luta), com o que é percebido como fora (a cidade, seus equipamentos e os benefícios que podem oferecer-nos). Perfazendo assim “[...] uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação”. (MAYOL, 2013, p. 40) O contexto favorece a construção de uma diversidade de memórias sobre o bairro, invenções que são tecidas todos os dias pelas pessoas e instituições que compõem a cidade.

A memória coletiva se sustenta por meio de um conjunto de indivíduos que se lembram enquanto membros de um grupo. Das lembranças que se apoiam umas nas outras, cada indivíduo se recorda com uma intensidade diferente. Logo, é possível afirmar que a memória coletiva é formada por várias memórias individuais, que são influenciadas tanto pelo local que o indivíduo ocupa quanto pelas relações que este mantém com outros meios. Mesmo nossas recordações mais pessoais são produzidas a partir das nossas relações com os ambientes comunitários. Diante disto, as transformações que ocorrem nos meios coletivos afetam diretamente a nossa memória individual (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Assim, em concordância com a visão que entende a memória como um fenômeno construído consciente e inconscientemente, entende-se que essa seja resultado de um trabalho de organização individual e social que sofre mudanças de acordo com o momento em que é formada. Por isto, consideramos as memórias como parte essencial na construção da identidade e, conseqüentemente, do sentimento de pertencimento, pois “[...] é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”, refletindo tanto as preocupações dos indivíduos, quanto as da sociedade (POLLAK, 1992, p. 4-5).

Manuela Nazaré (2019) afirma que as visões sobre uma determinada localidade são construções que devem ser problematizadas, visto que estas percepções não estão isoladas e são influenciadas pelas questões políticas, econômicas e sociais. Para isto, torna-se necessário um movimento de questionamento das verdades que constroem as significações, responsáveis por criarem um sentimento de pertencimento entre as pessoas que fazem parte de determinada região ou local, diferenciando-as das demais. Pensando no contexto urbano que permeia nosso estudo, chama atenção que tais significados também contribuem na construção de desigualdades no modo como os cidadãos vivenciam, compreendem e são percebidos pelas outras personagens que estão inseridas na urbe.

Desse modo, torna-se relevante ressaltar que:

O bairro, como lugar de reprodução social, expressa bem a diferenciação entre os grupos sociais e a segregação residencial. A grande cidade, altamente diferenciada na ocupação do espaço residencial, com a hierarquia social se exprimindo na hierarquia residencial, parece ser uma constante do mundo moderno. Mas a história de cada país e de cada cidade imprime marcas particulares nessas hierarquias (GARCIA, 2009, p. 157).

O trabalho com a memória ocorre a partir da experiência das pessoas, do que faz o indivíduo único em nossa história, alguém que de fato viveu as circunstâncias que dão vida ao acontecido. Devido ao fato de ser impossível reproduzir o passado exatamente como aconteceu, a História trabalha a partir das discontinuidades de cenários, eventos e modos de viver para tentar compreender e elucidar o que se passou. As entrevistas de história oral podem ser muito úteis no processo de reconstituição do que se passou, pois “[...] nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente” (ALBERTI, 2004, p. 13-15).

Descrevendo “um mundo de grandes sofrimentos”, que seria a Colônia Dom Rodrigo de Menezes, uma reportagem publicada no *A Tarde* de 17 de julho de 1975 explica como era a convivência dos internos com os ambientes externos ao hospital. Falando sobre o isolamento da comunidade, a matéria constrói a imagem da área em que ficava localizado o hospital como um lugar abandonado, que mesmo sendo próximo à cidade, sua aparência “bela no seu conjunto de árvores frondosas” não era aproveitada da devida forma. Percebe-se que o esquecimento descrito à região não é construído a partir da visão das pessoas que ali habitavam (sejam os internos ou os moradores próximos), mas através do olhar do redator que considerava o ar bucólico como algo especial e, portanto, utilizado como justificativa

para que a localidade se tornasse um equipamento urbano de lazer ou turismo (A TARDE, 17 jul. 1975).

A instituição se fez presente no cotidiano dos moradores de diversas formas, revisitando suas memórias Sebastião de Souza² (que se mudou para o bairro no início da década de 1960 quando tinha apenas um ano) nos contou que suas primeiras recordações são de quando estudava no preventório “[...] eu tenho uma lembrança boa né, da amizade do pessoal de lá, dos filhos dos internados” (Sebastião de Souza, 2021). O preventório, além de servir como alojamento para as/os filhas/os das pessoas internadas na Colônia, também funcionou como escola para as crianças do bairro: “[...] fui estudar lá, depois de uns seis anos em diante, estudava lá mesmo” (Sebastião de Souza, 2021). Logo, é possível afirmar que haviam relações entre as pessoas que moravam próximas ao hospital e os internos, ainda que fosse dentro de um distanciamento que à época acreditava-se ser necessário.³

Ao falar das amigadas da infância vem à tona também memórias de quando o verde dava o tom em Águas Claras: “[...] tinha muitas frutas também né? A gente juntava a turminha e ia passear, aí tinha fruta nas fazendas, a gente ia até na dez, ia por dentro. Dez, onze... Tem rio também. Rio, peixe”. O passado e o presente se misturam, as coordenadas do passeio são dadas pela divisão atual do Complexo, as nascentes e os peixes que são uma raridade hoje em dia voltam a existir, o adulto volta a ser criança por meio das (re)lembranças: “A gente juntava uns seis, sete [meninos] e saía de manhã. Andava na seis, na sete, na dez. Aí voltava pela oito, de tarde, trazendo frutas também” (Sebastião de Souza, 2021).

O tom idílico que é constatado nos escritos de Maria Alice Silva que estão no início desse texto e na matéria de *A Tarde* é desenhado também na narrativa de Sebastião, tempos em que “não tinha nada [...], só mato e fazenda”, o acesso era possível somente por uma rua de barro e se caminhava através de trilhas por dentro da mata fechada em busca de frutas e aventuras. Verifica-se a descrição de um lugar com aspectos rurais, em que as moradas eram “[...] umas casinhas salteadas, uma ou outra assim, a maioria de taipa e de palha” (Sebastião de Souza, 2021). Na Rua da Palha (nome popular da Rua Lourival Costa), como até hoje é

² É um homem negro, profissão de pedreiro e no dia de realização da entrevista contava com 60 anos de idade. Seus pais eram naturais do Sul da Bahia e moravam no Paraná durante o seu nascimento. Com um ano chegou a Salvador junto a família, residindo até os dias atuais no bairro de Águas Claras.

³ É importante destacar que a memória de Sebastião pode ser considerada positiva na situação pois ele não tinha envolvimento familiar com as pessoas internadas no Hospital D. Rodrigo de Menezes. Portanto, as/os filhas/os de pessoas que estavam internadas podem ter memórias traumáticas em relação a estadia nos preventórios. Para uma análise historiográfica sobre a hanseníase, ver: MACIEL, 2007.

chamado o único caminho que ligava a região à BR-324, não haviam cercas, muito menos muros.

Vejamus uma outra memória sobre a região:

Já o Senhor Miguel Borges, lembra que muitos moradores trabalhavam no Curtume Bragança, em Pirajá, transportando o couro de bois da Rua do Matadouro para o curtume, a fim de serem vendidos para fábricas de sapatos e outros artefatos. Fala ainda que era morador da chamada Rua da Palha, hoje conhecida como Rua Lourival Costa. Essa rua possuía esse nome, pois as casas eram todas feitas de palha mesmo (NASCIMENTO, 2011).

Destaca-se nas memórias acima que os moradores mais antigos trazem em suas recordações os momentos mais remotos onde a paisagem do bairro ainda refletia poucos sinais de urbanização mesmo localizando-se na capital da Bahia. Por conta disso, é possível notar que a comparação com o tempo presente do narrador aparece implicitamente, pois que atualmente boa parte do bairro conta (ainda que precariamente) com melhoramentos urbanos a exemplo de asfalto, coleta de lixo, luz elétrica, água e transporte público.

Tânia Almeida⁴ foi uma das arquitetas que participou e acompanhou boa parte do processo de projeção e construção dos conjuntos habitacionais do Projeto Cajazeira, revisitando suas lembranças de quando era funcionária da Habitação e Urbanização da Bahia S/A (Urbis) ela afirmou que “[...] a única localidade que a gente tinha ali era Águas Claras. A única, que era uma pequena ocupação”. Ainda sobre a mesma região ela afirma: “Era aquela rua principal... Era só aquela rua principal ali e a ocupação era uma ocupação mais rarefeita” (Tânia Almeida, 2021).

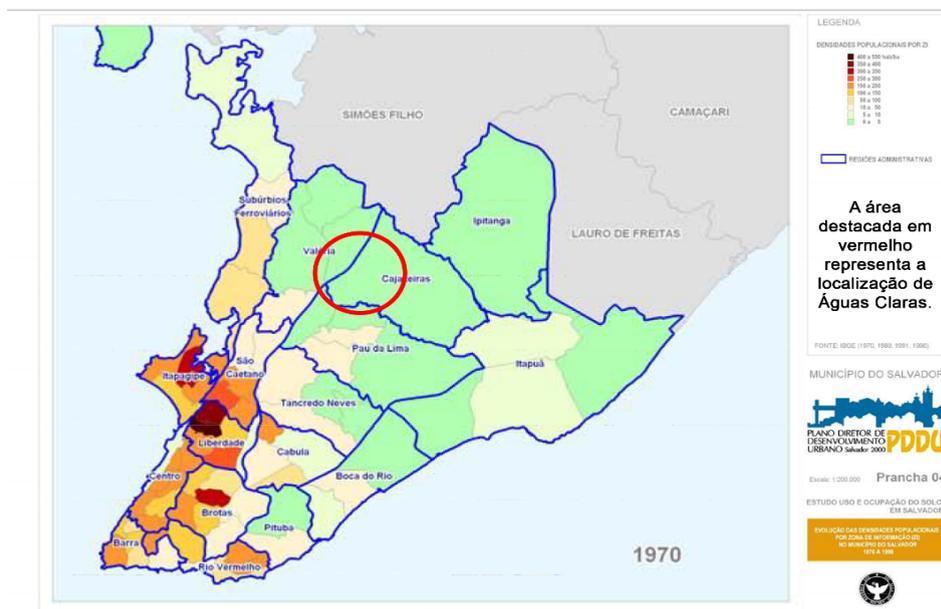
Um mapeamento feito pela Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS) do governo municipal, com base em dados aerofotogramétricos de 1976, apontou uma população estimada em 4.624 habitantes para uma área de 101,50 hectares em Águas Claras. Entre os 58 bairros pesquisados, aparece como o terceiro de menor densidade com 46 habitantes por hectare, atrás somente de Canabrava (29 hab./ha.) e Nova Esperança (45 hab./ha.) (SALVADOR, 1980, p. 7-12).

A partir dos dados e do mapa a seguir (Figura 1), é possível afirmar que durante a década de 1970 a localidade estudada possuía sinais mínimos de urbanização, fator que contrastava com a paisagem da centralidade urbana e também com os ideais

⁴ É uma mulher branca, exerce a profissão de arquiteta e no dia de realização da entrevista estava com 69 anos de idade. Natural do Rio de Janeiro, Tânia mudou-se para Salvador para estudar Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Bahia. Após a graduação permaneceu na capital baiana e trabalhou alguns anos na Urbis, acompanhando boa parte do processo de construção dos conjuntos habitacionais do Projeto Cajazeira. Atualmente é presidente da Fundação Mário Leal Filho (FMLF), vinculada à Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

desenvolvimentistas da época. Em vista disto, são tecidas visões que flutuam entre significações negativas (arcaico, ultrapassado) e positivas (bucólico, idílico) em que o parâmetro de comparação é a cidade moderna.

Figura 1 - Mapa Densidade populacional por Região Administrativa, Salvador 1970.



Fonte: SALVADOR, 2009, p. 86.

A rua principal citada por Tânia é a conhecida Estrada do Matadouro, batizada com o nome justamente por conta do Matadouro Irmãos Apresentação, o único estabelecimento comercial de grande porte existente na região, que impulsionava o comércio e chamava a atenção de algumas pessoas no bairro. Sebastião afirma que mesmo não tendo nenhuma ligação profissional com o estabelecimento “[...] ia lá olhar [...] o movimento. O pessoal vendendo, matando boi. E eu subia lá para olhar o boi, só isso”. Além de atrair o olhar curioso do jovem, o local de abate dos bovinos também atraía outros estabelecimentos para a área, a exemplo da Casa de Tia Zuzu, local de meretrício que atendia principalmente os funcionários da casa de abate. Tais estabelecimentos, junto às pequenas quitandas, botequins e vendas aparecem nas memórias do pedreiro em conformidade com a construção de um lugar com aparência e ares de rural (Sebastião de Souza, 2021).

Ao rememorar sua chegada ao bairro Dilza Farias afirma que se adaptou bem justamente por ter sido “[...] criada praticamente na roça, no interior”⁵ (Dilza Farias, 2021). A

⁵ É uma mulher branca, professora aposentada e no dia de realização da entrevista estava com 69 anos de idade. Natural de Terra Nova-BA, mudou-se para Salvador e residiu durante algum tempo no Largo do Tanque. Após casar-se, chegou a Águas Claras com sua família quando adquiriu terreno no bairro na segunda metade da década de setenta, foi professora no Colégio Estadual Renan Baleeiro, na Escola Clarita Mariani e no Colégio Estadual Santa Rita de Cássia.

entrevistada recorda os primeiros momentos na nova moradia e compara as dificuldades encontradas no bairro com a sua infância em sua cidade natal, afirmando que a situação em Águas Claras era:

Pior do que o interior! Porque no meu interior, [...] por exemplo tinha luz né? E tinha uma água com certa facilidade. Aqui não. Aqui, nós recebíamos água, era um menino que botava o barril [...] no burro e trazia água. A gente botava no tonel pra poder receber. [...] Como já tinha luz na Rua Lourival Costa [...] e o nosso vizinho tinha conhecimento com o pessoal da Rua Lourival Costa, aí o nosso vizinho nos deu um gato. É... Nós aí pegamos o gato e ficamos com a luz (Dilza Farias, 2021).

É perceptível o resultado de uma descontinuidade comum às pessoas que migram de um espaço para outro. A mudança é um processo difícil pois provoca rupturas sociais e emocionais, seja para outro país, região, cidade ou até mesmo um bairro da mesma cidade. Ao mudar-se uma pessoa deixa para trás pedaços de si e sua identidade, é forçada a cortar laços de sociabilidade e criar novas relações ao enfrentar o desconhecido. A aparência de “roça” que Águas Claras tinha naquele momento, obriga Dilza a romper com a ideia de progresso ligada aos centros urbanos e retornar às práticas rurais de outrora (LUCENA, 1999, p. 65).

Passeando pelos caminhos da memória, a professora relembra:

DILZA FARIAS: Era aquela relação realmente de amizade. [...] Quase todo mundo que eu conheço aqui em Águas Claras são pessoas daquele tempo, entendeu? Hoje em dia que... Explodiu a população, e muita gente eu não conheço. Mas as pessoas que moram daquela época, aí todos se conheciam, eram... Muita... A igreja. A igreja era um local de encontro. [...] Essa daqui, a Nossa Senhora das Graças é. Que era um local de encontro, onde nós fazíamos a festa da padroeira, era uma festa bem... Grande, bonita não é? Tinham também quando fazia a festa da padroeira, aí vinha o parque, trio. Exatamente. Aí fazia aquela festa com as pessoas mesmo da comunidade, da localidade.

VITOR SANTOS: E... Tinha festa de São João, festa de Carnaval... Quais festas aconteciam aqui?

D: Tinha... Tinha sim, festa de São João era maravilha, porque tinha as pessoas faziam quadrilhas né? Faziam quadrilhas e ia para a porta de outras casas, aí ligava, por exemplo, na minha casa mesmo era... Tinha um passeio bem grande, não é? E aí a gente fazia apresentação de quadrilhas. Quadrilhas que vinham daqui mesmo, o pessoal né? Aí fazia aquela quadrilha e apresentava na época de São João. E, fora as fogueiras né? [...] Que a gente tinha e saía, saíamos de casa em casa pra tomar o licor de jenipapo, aquela... Um grupo, saía um grupo né? Saía andando pelas casas... (Dilza Farias, 2021).

Ao pensar a relação entre festas e poder na zona rural de cidades do Recôncavo Baiano, Santana (1998, p. 60) afirma que naquela região “[...] no dia de São João, todos eram visitados pelos vizinhos, como em um grande mutirão, de casa em casa. Muito licor e canjica, sanfona, violão e um ramo de árvore transplantado junto à fogueira, no meio do terreiro”. Destaca-se a semelhança entre as práticas, logo pode-se inferir que a aparência de interior atribuída pelos moradores do bairro foi um dos pontos chave para a construção da noção de

coletividade, fazendo-os ressignificar práticas de outrora de maneira positiva para aquela vivência em um centro urbano.

Através das lembranças de Sebastião e Dilza é possível acessar outro festejo promovido pelos moradores da Colônia que era realizada no período do Carnaval, em que “[...] vinham de lá [...] batendo lata, panela, todo tipo, balde” até chegarem ao Preventório. “Ai passavam duas, três horas, depois voltavam pra lá de novo. Mas tinha o responsável na frente, o chefe pra trazer eles. Ai eles faziam a festinha, viam os filhos depois voltavam porque os meninos não podiam ir para lá”. Era um momento aguardado pelas pessoas que habitavam no bairro, que eram avisadas com antecedência e já ficavam esperando o cortejo passar em frente às suas residências (Sebastião de Souza, 2021).

Em contraste com o total esquecimento descrito pela imprensa, tais memórias revelam que dentro das possibilidades existentes naquele momento, os hansenianos eram considerados como parte da comunidade do bairro de Águas Claras. É notável que “[...] o bairro periférico de uma metrópole é um espaço especial para o desenvolvimento de sociabilidade espontânea entre moradores” (LUCENA, 2019, p. 124).

Ainda, é relevante dar destaque ao papel que a religiosidade aparece na narrativa de Dilza, apresentando-se como um meio relevante na construção da sociabilidade dentro do bairro. O registro fotográfico da Figura 2, foi feito durante uma celebração religiosa no espaço em que foi construído alguns anos depois a atual sede da Paróquia Santa Clara, também em Águas Claras. A imagem apresenta algumas pessoas (em sua maioria negras) em torno do padre que celebrava a missa vestindo branco - podendo ser uma celebração do Natal, uma Quinta-Feira Santa, na Vigília Pascal do Sábado Santo, festa do Senhor ou celebração dos santos. O ângulo e a distância em que o fotógrafo fez o registro revela a intenção de captar todo o entorno que envolvia o ato religioso, inclusive a paisagem ao fundo que destaca a aparência considerada rural da região.

Figura 2 - Espaço onde se celebravam as missas antes da construção da Igreja Santa Clara



Fonte: Acervo de entrevistados por Isa Nascimento (2011).

De acordo com Santana (1998, p. 63), a religiosidade é um dos aspectos que formam a dignidade de pessoas trabalhadoras, sobretudo quando é exercida em caráter festivo, apresentando-se de forma a ressignificar o viés punitivista cristão e tornando a vida um pouco mais leve e feliz, reduzindo os danos que a labuta causa na população pobre e/ou negra. Nesse sentido, apesar do silenciamento de uma de nossas entrevistadas sobre a existência de manifestações religiosas de matriz africana em Águas Claras, é imprescindível afirmar que os terreiros de candomblé e umbanda estavam inseridos na construção das sociabilidades no bairro (Figura 3), principalmente nos festejos que marcam o calendário litúrgico destas religiões:

VITOR SANTOS: E qual era a melhor parte, que a senhora gostava mais... Dessa região aqui?

APOLÔNIA GOMES⁶: Eu fazia festa, aí todo mundo vinha. Fazia festa de Iemanjá, de todos os Orixás. Botava Iaô... Aí o povo tudo vinha. Vinha dia de domingo, passar o domingo todo aqui comigo (Apolônia Gomes, 2021).

⁶ Apolônia Gomes - mais conhecida por Naná - é uma mulher negra, Iyalorixá e no dia de realização da entrevista contava com 92 anos de idade. Nasceu em Salvador e cresceu no bairro da Fazenda Grande do Retiro, onde seu terreiro foi fundado em 1946. Chegou a Águas Claras na segunda metade da década de 1970, local em que permanece até os dias atuais. Seu terreiro representa um lugar de preservação ambiental, cultural e memorial do bairro.

Figura 3 – Quadro de fotografias do Terreiro Imbanzangola



Fonte: Acervo pessoal de Apolônia Gomes. Foto: Vitor Santos.

Sobre a presença das religiões nos tempos iniciais de Águas Claras, Sabina Oliveira⁷ afirma:

VITOR SANTOS: Como era a convivência das pessoas com esses Candomblés que tinha aqui?

SABINA OLIVEIRA: Olhe, era muito bom. Porque, deixa eu lhe explicar uma coisa. Ou era a Igreja Católica ou era o Candomblé. Já tinha o protestante, mas era muito pouco. Qual era a Igreja que tinha, que a gente tinha conhecimento aqui. Que não chamam de Igreja, chamam de salão, Testemunha de Jeová. Aí depois de Testemunha de Jeová, aí veio a Deus é amor, mas era assim muito precária, e a Assembleia de Deus. Tanto que o crescimento da Assembleia de Deus se deu pelas minhas mãos, porque quando eu aceitei Jesus, ali no Loteamento [Nogueira] onde é aquela igreja bonita, perto da sinaleira⁸ (Sabina Oliveira, 2021).

Pode-se inferir, apesar do esquecimento frente às práticas religiosas afro-brasileiras, havia um ambiente de tolerância a tais manifestações na região estudada. Porém, apesar de não obtermos relatos de conflitos entre a vizinhança e as Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) de Águas Claras é provável que tenham acontecido casos, ainda que com pouca repercussão entre os próprios moradores, pois:

⁷ É uma mulher negra, funcionária pública aposentada e no dia da realização da entrevista contava com 70 anos de idade. Natural de Conceição do Almeida-BA, mudou-se para Salvador em busca de melhores condições de vida para seus filhos. Chegou a Águas Claras na década de 1970, onde foi uma das lideranças da região militando frente a creche comunitária, associação de moradores, reivindicações junto aos poderes públicos e outros movimentos populares em busca de melhores condições de habitação. Tem sua trajetória forjada em meio aos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, foi candidata a vereadora por três vezes pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

⁸ Nome popular para faixa de pedestres.

[...] é inegável que a perseguição às religiões cristãs (católicas, evangélicas e protestantes) está bem distante da estigmatização e da demonização centenária sofrida pelas CTTro. A estratégia mais segura para se evitar a perseguição é a negação da existência dessas tradições. Como mostrado anteriormente, os dados apontam que há uma violência endêmica direcionada aos membros de CTTro de todo o Brasil. Apesar dos processos de invisibilidade e agressões sistêmicas a essas comunidades, muitas de suas lideranças possuem plena consciência da estrutura social racista e dos agentes que promovem a manutenção da intolerância religiosa (NOGUEIRA, 2020, p. 84).

Bem próximo da área em que Sebastião e Dilza moravam estava a Chácara Nogueira, loteamento que pertencia a José Rodrigues Nogueira. Em seu registro no inventário de loteamentos feito pela prefeitura em 1976 a gleba perfaz um total de 1.135.300 m², divididos em 731 lotes de 396 m² cada. No registro consta que apenas 38% dos terrenos estavam ocupados e haviam 20 ruas abertas sem nenhum tipo de calçamento (SALVADOR, 1977, p. 4). Apesar de há algum tempo a área ser considerada como pertencente a Águas Claras, para Naná: “[...] aqui é o lote, o Loteamento Nogueira. Agora lá é Águas Claras” (Apolônia Gomes, 2021). Percebe-se que a entrevistada diferencia as duas localidades, possivelmente por ser a forma que estava dividido o bairro quando chegou.

As entrevistas nos ensinam mais do que uma narrativa do passado, podendo representar significativos pontos de partida para a pesquisa. Isto ocorre quando os acontecimentos no tempo são paralisados em imagens que nos comunicam sobre a realidade, por conta da sua percepção de um conjunto de vários elementos que formam esta. (ALBERTI, 2004, p. 89) Respeitar o valor e a importância de cada indivíduo é essencial na prática da história oral, pois todas as pessoas que são entrevistadas enriquecem a experiência do pesquisador, uma vez que cada relato é único e diferente de todos os outros (PORTELLI, 1997, p. 17).

Naná foi uma das compradoras dos lotes da Chácara Nogueira chegando na década de 1970. De acordo com o Mapeamento dos Terreiros de Salvador, a comunidade tradicional que pertence a ela, o *Terreiro Imbanzangola*, surgiu em 1946 (SANTOS, 2008 *apud* SILVA, 2019). Ela nos conta que iniciou sua casa no bairro de Fazenda Grande do Retiro, “[...] mas se tornou pequeno pra quantidade de gente, ai eu comprei isso aqui”. Ainda relembra os primeiros momentos na região, que emerge também como uma área pouco urbanizada em que era necessário ir até o bairro vizinho para acessar estabelecimentos comerciais grandes: “Era pouca casa, levou muito tempo [...] tinha um caminhozinho estreitinho que a gente descia aqui, subia a ladeira pra fazer compra em Castelo Branco” (Apolônia Gomes, 2021).

A fotografia a seguir (Figura 3), destaca bem como se constituía a paisagem do Loteamento Chácara Nogueira antes da explosão populacional impulsionada pela construção

dos conjuntos habitacionais do Projeto Cajazeira na passagem da década de 1970 para 1980. Nota-se, assim como informou Naná, a pouca quantidade de habitações frente a preponderância do verde, os caminhos que ligavam os diversos pontos da região ainda sem asfaltamento ou sinais de urbanização. As cercas de madeira e arame informam sobre o parcelamento do terreno e a existência da propriedade privada na área.

Figura 3 - Entrada do antigo Loteamento Chácara Nogueira



Fonte: Acervo de entrevistados por Isa Nascimento (2011).

A Iyalorixá se orgulha ao contar a história da sua casa: “[...] construí aqui de adjutório. De adjutório. Porque foi, quem gastou tudo aqui fui eu. Não tive ajuda nem de filho de santo, de ninguém. De parente só ajuda de mão de obra. Até hoje”. O mutirão feito pelos familiares, amigos e frequentadores de seu terreiro era regado a feijoada e cerveja “[...] fazia panelão. [...] Comprava cerveja, aí pronto. Todo mundo vinha dia de domingo, num instante acabou de construir”. Trabalho coletivo feito por mulheres, homens e crianças: “[...] era muita, era muita gente!” (Apolônia Gomes, 2021). Assim como observado anteriormente em relação à Igreja Católica, a comunidade tradicional de terreiro também aparece como um lugar de construção de coletividade e fortalecimento da identidade na localidade.

Sobre a solidariedade existente nas comunidades rurais do Recôncavo Baiano são perceptíveis semelhanças com as práticas informada por nossa entrevistada em Águas Claras:

Em muitas ocasiões, compadres e não compadres organizavam-se com o intuito de, em um esforço conjunto, acelerar tarefas de interesse imediato de apenas um entre eles: o adjutório na lavoura, na fabricação de tijolos de adobe, na raspa da mandioca, na construção de uma casa, na preparação de uma festa. Quando os lavradores não estavam trabalhando para si ou para os patrões, repetidas vezes participavam de algum adjutório (SANTANA, 1998, p. 52).

A mudança para um espaço maior foi positiva não somente por atender a quantidade de pessoas que frequentavam sua casa, mas também por possibilitar que ela mesma cultivasse seus alimentos: “[...] já tive horta aqui... Com tudo! Do chuchu ao aipim, lá em baixo”. Ainda assim, também houve problemas que precisavam ser enfrentados, a exemplo da falta de água encanada que foi solucionada com a construção de uma fonte: “[...] eu fiz uma fonte. Com um metro e meio deu água, mas uma água excelente, que eu tenho uns clientes no Rio, quando vinha... Já vinha gritando: ‘cadê nossa água boa?’. Porque a água era ótima!” (Apolônia Gomes, 2021). A entrevistada destaca práticas que podem ser consideradas como rurais, mas que se tornavam necessárias a despeito da falta de abastecimento de água e da ausência de feiras e estabelecimentos comerciais que oferecessem alimentos frescos no bairro.

Apesar de pessoalmente não enfrentar tal dificuldade por possuir “um fuscão amarelo” à época, os problemas em relação ao transporte público fizeram com que Naná recorresse a um caminhão para trazer as pessoas durante a construção do terreiro: “[...] tinha um rapaz chamado José. Ele é amigo nosso e vizinho. Ele trabalhava no Retiro. [...] Lavava, botava tudo: panela, tempero, tudo... Criança, tudo ia no caminhão, vinha no caminhão” (Apolônia Gomes). Sebastião afirma que “[...] antes desses ônibus vir até aqui, a gente esperava lá na BR”, além da caminhada até o ponto, enfrentavam uma verdadeira viagem para chegar ao centro comercial da capital baiana, “[...] a gente ia de manhã pra feira e voltava de tarde, perdia o dia inteiro” (Sebastião de Souza, 2021). Nota-se que as deficiências no transporte coletivo da região atingiam seus moradores não somente no acesso a comércio e serviços localizados na centralidade urbana, mas também na recepção de pessoas em suas residências, fosse para um trabalho em mutirão ou para uma visita de amigos e/ou familiares.

Os problemas eram recorrentes dado que “[...] a maioria das vezes furava pneu, dava problema no motor. Aí tinha que esperar outro, era um tempão. A gente saía de manhã, era muita sorte não ter um problema né? Tudo ônibus velho” (Sebastião de Souza, 2021). Dilza afirma que tal situação acontecia com frequência e “[...] tinha que esperar. Esperava no ponto de ônibus três, quatro horas até aparecer um outro cheio ou então a gente fazia muito: pegava Valéria e saltava lá embaixo na BR subia a ladeira aí dá Lourival Costa [...] tudo escuro” (Dilza Farias, 2021). Tais situações aumentavam ainda mais a sensação de isolamento daquelas pessoas, que possivelmente não se sentiam pertencentes à Salvador, pois apresentava-se como um lugar próximo e difícil de ser alcançado ao mesmo tempo.

A Lourival Costa ou Rua da Palha foi o único acesso ao bairro por muito tempo. Antes de ser pavimentada, os tempos chuvosos eram complicados, quando chegavam os bois “[...] pra levar lá pro matadouro, na chuva era muita lama, não podia subir os caminhões, aí eles vinham trazendo os animais por lá” (Sebastião de Souza, 2021). Caso o trajeto fosse feito a pé existia outra rota: “[...] as vezes quando chovia, você tinha dois caminhos [...] e geralmente nós íamos por dentro do Preventório, que era um local cheio de árvores né? Apesar de ficar molhado, cheio de poças, não tinha nem buraco, porque na estrada era buraco, e buraco terrível” (Dilza Farias, 2021). Situações como as descritas acima coadunam com a visão de região rural que são verificadas nas memórias dos moradores de Águas Claras, por meio delas podemos ter noção da exclusão vivenciada em relação à centralidade urbana.

As formas como as pessoas dão sentido ao mundo podem ser observadas através dos ritos, manifestações, religiosidade, festejos, valores, costumes. Tudo isso constrói uma noção de comunidade, forjada lentamente durante a passagem de um lugar para o outro. Por se tratar de um bairro formado por migrantes, seja de outras cidades ou outros bairros, estas pessoas construíram novas sociabilidades que tinham como referência os seus lugares de origem. Tal processo ao mesmo tempo que desvenda diferenças também fortalece as características em comum, criando uma coesão entre o grupo e facilitando a vida no novo lugar (LUCENA, 1999, p. 78). Portanto, ao mesmo tempo em que as situações de precariedade da vida urbana teciam uma exclusão em relação àquilo que é considerado como cidade, também fortaleciam o sentimento de coletividade como uma necessidade para superar as problemáticas cotidianas.

Apesar de todos os problemas e dificuldades, Dilza nos afirma que morar em Águas Claras “era maravilhoso porque todo mundo conhecia todo mundo” o que proporcionava uma sensação de segurança para os moradores, mesmo muito próximos de uma penitenciária. Ela continua: “[...] até ladrão era muito difícil. Quando acontecia de uma casa ser assaltada, aí era... Todo mundo comentava, e se comentava isso durante não sei quanto tempo” (Dilza Farias, 2021). Já Sebastião afirma que os problemas de segurança estavam relacionados aos presos que “[...] não podiam ver uma roupa no varal pendurada, eles roubavam tudo” ou muitas vezes quando encontravam com ele e seus amigos dentro das matas “[...] os ladrões da Pedra Preta corria em cima da gente” (Sebastião de Souza, 2021).

Mesmo com a sensação de segurança na região, episódios de violência ocorriam. Em fevereiro de 1976 a página policial do *A Tarde* noticiou:

Valdecir Bastos Santos, 30 anos, solteiro, pai de dois filhos, morador à Rua do Matadouro s/n, *município de Águas Claras*, está na iminência de perder a vista esquerda em decorrência de violento espancamento que sofreu na tarde domingo próximo à sua residência, tendo como autor o seu vizinhos João José, que estava desconfiado das atitudes de sua amante com a vítima (A TARDE, 25 fev. 1976. Grifo nosso).

Na reportagem é perceptível que o bairro pertencente à cidade de Salvador é descrito como sendo uma cidade da Bahia. É apreensível que aquele foi um ato intencional, em virtude de uma outra matéria publicada cinco anos depois utilizar o mesmo juízo de valor, sugerindo às pessoas leitoras a ideia de que aquela área possuía a aparência de “um município esquecido no meio do mato” (A TARDE, 27 mai. 1980). Portanto, a comparação é utilizada como meio de produzir leituras enviesadas e preconceituosas através da contraposição das noções de urbano/moderno e rural/arcaico.

Foi excluída a probabilidade de que aquele foi um erro de digitação, uma vez que os jornais antes de entrarem em circulação passam por processo de revisão. Além disto, quando a escrita errônea persiste mesmo após a retificação dos textos, era comum serem publicadas erratas nas edições posteriores, caso que também não foi verificado ao longo das nossas pesquisas nas edições do jornal das datas subsequentes à da notícia observada.

Diante das narrativas, é perceptível que as memórias relacionadas a tal região da cidade soteropolitana são tecidas a partir de visões que enquadram a localidade como um lugar rural. Seja pelas suas características físicas, práticas cotidianas, modos de convivência ou dificuldades encontradas em relação ao acesso a serviços básicos que a vida numa capital pode oferecer. Célia Lucena (1999, p. 124) afirma que apesar de toda a importância que o bairro possui na construção de sociabilidades entre seus moradores, algumas noções, condutas e comportamentos não podem ser isolados daquilo que é vivenciado na grande cidade. Assim, é indispensável analisar as dizibilidades que estão presentes nas fontes históricas a fim de ampliar os olhares e leituras sobre o bairro de Águas Claras.

Considerações finais

No cruzamento das memórias sobre o bairro de Águas Claras observa-se a vinculação da localidade com a ideia de insegurança. É interessante atentar como as narrativas jornalísticas vão de encontro com os relatos das pessoas que ali habitavam, pois ao passo em que uma das reportagens constrói a noção de um local inseguro, as falas dos moradores nos trazem uma visão totalmente inversa. É possível afirmar que existia uma preocupação dos

meios letrados em relação a ausência do Estado, constatada, em tal caso, através da deficiência na segurança.

Entretanto, torna-se imprescindível ressaltar que as leituras dos moradores nas entrevistas de história oral são feitas no presente (ALBERTI, 2004, p. 40). Ou seja, a situação atual do bairro, que assim como grande parte das periferias urbanas estão inseridas em uma conjuntura na qual a violência – seja policial ou do tráfico de drogas – que é vivenciada todos os dias, influencia na leitura sobre o passado.

Isto ocorre porque a memória só se torna concreta quando é mentalizada ou verbalizada pelos indivíduos, é um processo particular que ocorre em um meio social, que utiliza de instrumentos criados e compartilhados socialmente. Por conta disto, as lembranças podem ser contraditórias, sobrepostas ou semelhantes (PORTELLI, 1997, p. 16). Neste sentido, as memórias tratadas como um objeto de análise histórica, permitem a compreensão de como as pessoas assimilam o passado, o modo como associam a experiência individual e o contexto social, de que maneira o passado realiza o presente e a forma que os indivíduos entendem suas vidas e o mundo em que vivem (THOMSON, 2000, p. 53).

Outro encruzamento significativo diz respeito à noção de organização social no bairro, que aparece nas nossas três fontes de informações. Uma das reportagens destaca: “[...] os problemas de Águas Claras estão levando a população a formar grupos de ação comunitária, na tentativa de que alguma coisa seja modificada e as reivindicações venham a ser atendidas” (A TARDE, 19 ago. 1980). Conforme demonstrado anteriormente, os movimentos sociais estavam envolvidos dentro do contexto religioso, em que o Centro Social Frei Benjamin tornou-se o local de encontro dos habitantes da área, seja para planejar os festejos que ocorriam ou para discutir as ações necessárias para melhorar as condições de moradia da localidade. Assim, são notáveis processos de reconstrução de sociabilidades e também de politização por meio da instituição católica, uma tática que também é observada em outros bairros pobres da capital baiana durante nossas pesquisas em periódicos, possivelmente por conta da perseguição ocorrida a estes tipos de organização durante os governos militares.

Verificam-se muitas contradições, pois ao mesmo tempo em que a imprensa atribuía uma desordem à comunidade (pronunciada por meio da falta de segurança, de transporte, de saúde, entre outros equipamentos urbanos), também é apurada a união dos seus habitantes em prol da conquista destes equipamentos e demais necessidades da vida em sociedade. Torna-se possível atribuir tal situação ao papel de validador da verdade que a imprensa designava a si mesma. Ou seja, a despeito da organização dos moradores do bairro para reivindicar seus

direitos, suas demandas só seriam legítimas a partir do momento em que contavam com o suporte da “vontade de verdade” dos veículos de comunicação (FOUCAULT, 2014, p. 18).

Isso ocorre justamente por conta da pressão e do poder de coerção que os meios possuíam em relação ao Estado e vice-versa, em função de haver um “acordo” de mútuo apoio entre estas duas instâncias sociais (LIMA, 2009). Logo, os representantes do Estado precisavam da cooperação da opinião pública para legitimar seus projetos do que seria “o melhor” para a cidade, assim como a imprensa necessitava do Estado para manter-se funcionando, principalmente por questões econômicas, visto que parte considerável das receitas dos jornais vinham de publicidade e propaganda.

Assim é nas relações humanas que se cristalizam os discursos vinculados ao atraso, à rebeldia, àquilo que destoa do que deveria ser a cidade, ao idílico ou até mesmo o lugar de amizades sinceras que se observa nas narrativas apresentadas. A noção de que Águas Claras “era pior do que o interior” (Dilza Farias, 2021) ou de que “havia uma pura magia” (SILVA, 2019, p. 14) são consolidadas pela memória coletiva que atribui uma ruralidade ao local que, como verificado, também pertencia a área urbana da cidade de Salvador. Tais leituras são construídas a partir de práticas que são vinculadas ao retrógrado e à pobreza e que, por isto, destoam do que é percebido como urbano, moderno e civilizado.

Em vista disso, retomando a concepção de que o bairro é tecido através da dialética entre o dentro e o fora (MAYOL, 2013, p. 39-40), concluímos: *o que faz desta localidade uma região lida e dita como rural são as práticas que não são consideradas condizentes com o ideal de urbanidade*. Conclui-se que o ponto de encontro entre as diversas memórias analisadas são a carência ou insuficiência de água encanada, esgotamento sanitário, luz elétrica, calçamento, transporte público, equipamentos de saúde, escolas, policiamento, grandes estabelecimentos comerciais, vias de acesso, entre outros.

Fontes

Documentos oficiais

APEB. Acervo Colonial. Registro eclesiásticos de terras. Freguesia de São Bartholomeo de Pirajá, 1854-1862. v. 4774.

APEB. Acervo Judiciário. Escrituras, nº 1421/162. fl 54v-56. 1937.

FMLF. SALVADOR, Prefeitura Municipal do. Caderno informativo dos bairro de baixa renda: dados básicos. Salvador: CDS, 1980. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/SOC-170.pdf>. Acesso 08 jun. 2021.

FMLF. SALVADOR, Prefeitura Municipal do. Disponibilidade de terras: inventário de loteamentos. Salvador: OCEPLAN; PLANDURD; FINEP, v. 16, 1977. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/URB-177_v2-tabelas_plantas_p_1a_24.pdf. Acesso 17 mar. 2021.

Jornais

IGHB. A TARDE, 28 mar. 1949; 17 jul. 1975; 25 fev. 1976; 27 mai. 1980; 19 ago. 1980.

Entrevistas

Apolônia Gomes, Iyalorixá, 92 anos. Entrevista realizada na cidade de Salvador-BA, em 12 jun. 2021 por Vitor Santos.

Dilza Farias, professora aposentada, 69 anos. Entrevista realizada na cidade de Salvador-BA, em 22 mai. 2021 por Vitor Santos.

Sabina Oliveira, líder comunitária e servidora pública aposentada, 70 anos. Entrevista realizada na cidade de Salvador-BA, em 27 mai. 2021 por Vitor Santos.

Sebastião de Souza, pedreiro, 60 anos. Entrevista realizada na cidade de Salvador-BA, em 22 mai. 2021 por Vitor Santos.

Tânia Almeida, arquiteta, 69 anos. Entrevista realizada na cidade de Salvador-BA, em 21 out. 2021 por Vitor Santos.

Sites

NASCIMENTO, Isa. O bairro de Águas Claras e suas curiosidades. Bairro de Águas Claras. Salvador, 29 set. 2011. Disponível em: <http://bairroaguasclaras.blogspot.com/2011/09/o-bairro-de-aguas-claras-e-suas.html>. Acesso 08 dez. 2022.

NASCIMENTO, Isa. Bairro de Águas Claras. Salvador, 29 set. 2011. Disponível em: <http://bairroaguasclaras.blogspot.com/2011/09/espaco-onde-se-celebravam-as-missas.html>. Acesso 08 dez. 2022.

NASCIMENTO, Isa. Bairro de Águas Claras. Salvador, 29 set. 2011. Disponível em: <http://bairroaguasclaras.blogspot.com/2011/09/entrada-do-antigo-loteamento-chacara.html>. Acesso 08 dez. 2022.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar** – Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOROSO, Mauro. **“Nunca é tarde para ser feliz?”**: a imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. 1 ed. Curitiba: CRV, 2011.

ARAUJO, H. C. de Souza. **História da lepra no Brasil: Período republicano (1889-1946)** Álbum das organizações antileprosas. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades sociais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Gisele Oliveira de. **Movimento Baixa do Marotinho**: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976). Dissertação (Mestrado em História), Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2009.

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar**: (re)lembrações de migrantes. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MAYOL, Pierre. O bairro. *In*: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F Alves e Lúcia Endlich Orth. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 35-43.

MACIEL, Laurinda Rosa. **'Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade'**: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2007.

MONTENEGRO, Antônio. Combates pela história: História e Memória. **Revista História Oral**, v. 10, n. 1, p. 27-42, 2007.

NAZARÉ, Manuella Mirna Enéas de. Construindo uma Região: Imagem e Imaginário sobre o Nordeste Brasileiro. **Inter FACES**, v. 1, n. 29, 2019.

OAKIM, Juliana; PEDRETTI, Lucas; PESTANA, Marco M. As favelas do Rio de Janeiro e a ditadura militar: remoções forçadas, repressão ao associativismo e o controle social. *In*: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mário; AMOROSO, Mauro (Orgs.). **Pensando as favelas do Rio de Janeiro**: História e Questões Urbanas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2021.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. **O controle da lepra e o papel dos preventórios**: exclusão social e interações socioespaciais dos egressos do Educandário Alzira Bley no Espírito Santo. Tese (Doutorado em Geografia), Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, 2019

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v.2 n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, n. 15, p. 13-49, 1997.

SANTANA, Charles D’Almeida. **Fartura e ventura camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (orgs.). **O Caminho das Águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SILVA, Maria Alice. **Pedra de Xangô**: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. Recife: Liceu, 2019.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.

Submetido em: 30 de junho de 2023.

Aceito em: 24 de agosto de 2023.